

Para candidatos, Governo deve pagar conta da crise

Andrei Meirelles

"Todos os presidenciais com chances de vitória têm o mesmo objetivo: o presidente José Sarney deve adotar, agora, medidas duras e impopulares, resgatando a governabilidade e entregando a casa mais ou menos arrumada para seu sucessor", que não ficaria comprometido com as medidas. A tradução política do pacto em negociação pelos partidos é do deputado Arnaldo Faria de Sá líder do PRN na Câmara e defensor nas negociações dos interesses do candidato Fernando Collor de Mello.

O deputado César Maia, do PDT do Rio de Janeiro e principal assessor econômico do ex-governador Leonel Brizola, foi mais longe: sugeriu um detalhado programa de ajuste econômico e o justificou politicamente no próprio do documento que contém as propostas: "Oito meses de um programa de estabilização sem a preocupação de um envolvimento eleitoral do Governo são suficientes para que a próxima administração, na data constitucionalmente prevista, receba o País em grau avançado de estabilização e dê sequência ao programa".

Restrições

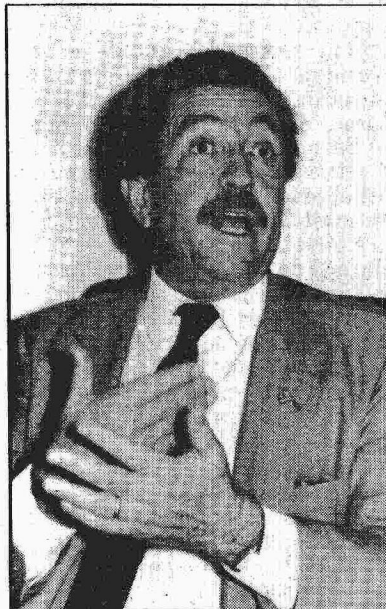
O representante do PMDB nas negociações, o senador Ronan Tito, líder do partido no Senado, tem a mesma opinião, Ronan, porém, vem enfrentando dificuldades dentro do PMDB. Na reunião da Executiva Nacional do partido, na quarta-feira passada, tentou convencer os demais dirigentes do partido com o auxílio do primeiro vice-presidente, senador José Fogaça. Enfrentou, contudo, restrições. Foi dramático: "O País está ingovernável, e estou certo de que se não forem tomadas medidas duras e urgentes, não haverá eleição presidencial este ano".

O deputado Francisco Pinto, primeiro secretário do PMDB, não se convenceu: ele considera cômoda a posição do PDT, que estimula, através de César Maia, um pacote ortodoxo, mas não terá a responsabilidade de aprová-lo no Congresso Nacional. O ônus ficaria apenas com o PMDB, o que seria uma situação favorável apenas para os seus principais adversários na sucessão presidencial — Leonel Brizola e Fernando Collor. O deputado Ulysses Guimarães, candidato do

Arquivo 10.10.88



Arquivo 4.5.89



Carlos Menandro 20.6.89



Chico Pinto (E) discorda de Ronan Tito (C) e acha cômoda a posição adotada por César Maia (D)

PMDB ao Planalto, também não está entusiasmado com o pacto político.

Censuras

No PDT, a situação do deputado César Maia também não é cômoda: setores ponderáveis do partido não escondem a irritação com suas propostas ortodoxas e querem desvinculá-las, através de censuras públicas, da candidatura de Brizola. Maia assume como uma iniciativa pessoal sua participação na mesa do pacto político. Mas não é bem assim: o deputado Fernando Lyra, virtual candidato a vice na chapa de Brizola, diz que, embora não esteja seguindo uma orientação determinada pela coordenação da campanha presidencial, César Maia não está atuando como um franco atirador.

Os partidos que compõem a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB) estão fora do pacto, aguardando o seu desfecho, para atacar as propostas recessivas. Com visão crítica, o PSDB, o PDS e o PCB estão comparecendo às reuniões. O PTB, o PFL e o PDC estão propensos a endossar os resultados da negociação. O Palácio do Planalto estimula o entendimento e, através do deputado Luiz Roberto Ponte, líder do Governo, já deu a garantia prévia de que Sarney, por mais impopulares que sejam as medidas pactuadas, se dispõe a adotá-las.